

Presidente

Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy

Paulo Roberto Ferreira Levy

Luiz Fernando Cirne Lima

Roberto de Souza Ayres

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 2 de abril de 1991

DIRETORIA**Diretor-Presidente**

Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes

Henrique Alves de Araújo

Roberto Müller Filho

Roberto de Souza Ayres

Página 4

Embora nunca tenham cessado, as negociações do Brasil com os credores internacionais ingressaram, nas últimas semanas, em uma fase particularmente crítica. Na escalada de pressões, tivemos, mais recentemente, a reclassificação dos créditos brasileiros junto aos bancos internacionais pela Interagency Country Exposure Risk Committee (Icerc) e, surpreendentemente, o bloqueio de US\$ 350 milhões de empréstimo já aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A surrada justificativa, em ambos os casos, é a falta de um acordo entre o governo brasileiro e os bancos privados sobre a questão dos juros atrasados.

O efeito dessas decisões não é catastrófico sob o ponto de vista estritamente econômico. A resolução do Icerc obriga os bancos credores a aumentar as suas provisões para os financiamentos ao País, mas, provavelmente, não terá um efeito maior sobre o fluxo de linhas comerciais. O que pode ocorrer é uma redução do prazo de tais linhas, sendo elevado, simultaneamente, o "spread" ou taxa de risco.

Quanto ao empréstimo do BID, o Brasil não

Extrema Dívida: nova rodada de pressões

se encontra em uma situação de extrema penúria de reservas, que faria o governo empenhar-se no ingresso daquele volume de divisas. Bem ao contrário. O País dispõe neste momento de um bom estoque de reservas e, dado o ritmo dinâmico que as exportações têm revelado neste início de ano, não há uma preocupação com o nível de liquidez internacional.

Não se pode ignorar, porém, que a reclassificação pelo Icerc e a suspensão do financiamento do BID têm um sentido político. Tais decisões foram diretamente influenciadas pelo governo dos Estados Unidos e sinalizam nitidamente que o Brasil será considerado à margem do sistema financeiro internacional enquanto não chegar a um acordo com os bancos credores.

Parece-nos que esse ambiente poderá ser sensivelmente desanuviado através de uma exposição didática dos objetivos da política econômica em execução no País e de seu relacionamento com a dívida externa, que conti-

nua a não ser bem entendido no exterior. A assembléia anual do BID, a ser aberta no dia 4 em Nagóia, no Japão, oferece uma excelente oportunidade para que o governo brasileiro reafirme a sua posição, o que poderá concorrer, talvez de modo decisivo, para que possa haver um entendimento com o comitê de bancos.

É justamente este o objetivo da viagem da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que chefiará a delegação brasileira à reunião de Nagóia. Depois de uma escala em Lisboa, onde se encontrará com autoridades portuguesas, inclusive o primeiro-ministro Cavaco e Silva, a ministra tem encontro marcado, na capital francesa, com o presidente do Clube de Paris, Jean Trichet. Um ponto muito sensível não poderá ser elidido nas conversações: o tratamento excepcionalmente benevolente dado à dívida polonesa, reduzida em 50% pelos membros do Clube e em 70% pelos Estados Unidos, isoladamente. Sendo o

Brasil um dos maiores credores da Polônia e, ao mesmo tempo, um dos maiores devedores do Clube de Paris, é natural que o País pleiteie um desconto também substancial em sua dívida de governo para governo.

É claro que, sendo a dívida total do Brasil para com o Clube de Paris da ordem de US\$ 20 bilhões, um forte abatimento poderia significar um aumento das disponibilidades do País para atender a outros compromissos. Relevante como é esta questão, ela não chega a constituir a chave para um entendimento construtivo com os credores privados.

O essencial é que os países credores compreendam o sentido da política econômica que aqui vem sendo colocada em prática e que não é inspirada, em absoluto, pelo desejo de confrontação, como alguns querem fazer crer. Como as autoridades brasileiras têm insistido, o que o Brasil deseja é um acordo que possa cumprir e que não comprometa a sua capacidade de crescimento futuro. É irônico que, quando o País toma medidas concretas para abrir-se para o exterior, multipliquem-se os obstáculos para negociar em boa fé a dívida do passado.